



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”

Comissão de Constituição e Justiça e Redação



ATA



ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2024.

Às nove horas do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e quatro no Plenário José Mariz da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do Deputado Wilson Filho, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano," o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou o Deputado João Gonçalves para secretariar os trabalhos. Ato contínuo, o Secretário procedeu à leitura do edital do ato de convocação, publicado no dia 16 de fevereiro do corrente ano, e à leitura da ementa da Ata da 29ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 12 de dezembro de 2023. Depois, o Presidente a colocou em discussão e votação, ocasião em que ela foi aprovada sem restrições, sem discussão e por unanimidade. Estiveram presentes à reunião, além dos Deputados já citados, os Deputados Felipe Leitão, Nilson Lacerda, Taciano Diniz e a Deputada Camila Toscano, como membros titulares, o Deputado Juscelino do Peixe, como membro suplente, e os Deputados Sargento Neto e Wallber Virgolino. Após tais procedimentos, os membros da Comissão analisaram os seguintes itens: Item A – Matérias Prejudicadas em Conformidade Com O Art. 163, Da Resolução 1.578/2012 (Regimento Interno). Na ocasião,



para fins de registro em Ata, o Secretário leu as seguintes matérias prejudicadas: 1290/2023 - Da Deputada Jane Panta - Assegura a pessoa em tratamento oncológico assento preferencial na rede de transporte público no Estado da Paraíba. Matéria Prejudicada pela Lei nº 12.695/2023 - Da Deputada Danielle do Vale - Assegura às pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA – a prestação gratuita do serviço de transporte coletivo intermunicipal rodoviário no Estado e dá outras providências. Matéria Prejudicada pela Lei nº 7.529/2004. 1305/2023 – Do Deputado Eduardo Carneiro - Dispõe sobre a política estadual de atenção à pessoa com doença de Parkinson. Matéria Prejudicada pelo Projeto de Lei nº 1.228/2023. Item A.1 Matérias Sujeitas a Despacho do Presidente aa Ccjr. Na ocasião, para fins de registro em Ata, o Presidente leu as seguintes matérias: 1304/2023 – Do Deputado Eduardo Carneiro – Autoriza o Estado da Paraíba a implementar o programa Jovem Monitor Cultural. - Pela Inconstitucionalidade e Injuridicidade da matéria, de acordo com a decisão colegiada nº 002/2023, da CCJR – “Dispõe sobre a tramitação de projetos de lei autorizativos, e dá outras providências”. 1313/2023 - Do Deputado Nilson Lacerda - Autoriza a redução da carga horária de servidor público que possua filho(a), cônjuge ou dependente portador de patologia grave e/ou com deficiência. - Pela Inconstitucionalidade e Injuridicidade da matéria, de acordo com a decisão colegiada nº 002/2023, da CCJR – “Dispõe sobre a tramitação de projetos de lei autorizativos, e dá outras providências”. Item B – Matérias que Dispensam a Deliberação do Plenário: 1288/2023 - Do Deputado Bosco Carneiro - Reconhece a Associação “Associação Cultural Império do Samba – ACIS”, como instituição de Utilidade Pública. 1292/2023 – Da Deputada Danielle do Vale – Declara de Utilidade Pública, a Associação de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais da Microrregião de Sapé – ASPEDENE – PB, e dá outras providências. 1315/2023 - Do Deputado Michel Henrique - Reconhece de Utilidade Pública a "Associação de Mobilização, Impacto Social, Ambiental e dos Direitos Básicos – AMIB” e adota outras providências. Na ocasião, as matérias foram apreciadas em bloco, e o Relator das matérias foi o Deputado Taciano Diniz, que proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da Matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Do mesmo modo, procedeu-se à análise dos projetos, que

foram aprovados por unanimidade e sem discussão. Item C – Medidas Provisórias N^{os}: 330/2023 – Do Governador do Estado - Altera a Lei n^o 12.239, de 9 de março de 2022, e 10.094, de 27 de setembro de 2013, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves (em substituição ao Deputado Chico Mendes), que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Admissibilidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 331/2024 – Do Governador Do Estado - Altera a Lei n^o 6.379, de 2 de dezembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Admissibilidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 332/2024 – Do Governador do Estado - Define o reajuste salarial dos servidores estaduais, dos cargos comissionados e funções gratificadas constantes na Lei n^o 8.186, de 16 de março de 2007, Piso do Magistério Estadual, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Felipe Leitão, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Admissibilidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 333/2024 – Do Governador do Estado - Estabelece a remuneração dos integrantes do Grupo Ocupacional de Servidores Fiscais Tributários (SFT) do Estado da Paraíba e altera a Lei n^o 8.427, de 10 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do Grupo Ocupacional de Servidores Fiscais Tributários do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Juscelino do peixe (em substituição ao Deputado Eduardo Carneiro), que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Admissibilidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem





quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item D – Vetos Nº s: 57/2023 – Do Governador do Estado - Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 122/2023, de autoria do Deputado Galego Souza, que "Institui a Política Estadual de Acessibilidade dos Surdos aos Serviços Públicos, no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências". A Relatoria da matéria foi do Deputado Juscelino do Peixe (em substituição ao Deputado Eduardo Carneiro), que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do Veto Parcial. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com o voto divergente do Deputado Taciano Diniz; 58/2023 – Do Governador Do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei nº 646/2023, de autoria da Deputada Dra. Jane Panta, que "Institui a Campanha Check-up Feminino para orientação e prevenção de doenças no Estado da Paraíba e dá outras providências". A Relatoria da matéria foi do Deputado Felipe Leitão, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do Veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com os votos divergentes do Deputado Taciano Diniz e da Deputada Camila Toscano; 59/2023 – Do Governador do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei nº 153/2023, de autoria do Deputado Luciano Cartaxo, que "Proíbe, no Estado da Paraíba, que os consumidores sejam cobrados com base em estimativa e/ou média de consumo anterior, que seja cobrada taxa mínima e estabelece a obrigatoriedade da medição e comprovação do efetivo consumo para efeito de cobrança.". A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves (em substituição ao Deputado Chico Mendes), que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do Veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 60/2023 – Do Governador do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei nº 01/2023, de autoria do Deputado Galego Souza, que "Estabelece medidas preventivas voltadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente, em festas populares, no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras



providências". A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do Veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com o voto divergente do Deputado Taciano Diniz; 61/2023 – Do Governador do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei nº 4.159/2022, de autoria do Deputado Delegado Wallber Virgolino, que "Dispõe sobre o Programa de Conscientização e Proteção de Gestantes em situação de rua e gestantes dependentes químicas, no âmbito do Estado da Paraíba". A Relatoria da matéria foi do Deputado Felipe Leitão, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela rejeição do Veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Veto rejeitado 62/2023 – Do Governador do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei nº 586/2023, de autoria do Deputado George Moraes, que "Institui a Política Estadual de Apoio e Incentivo à Mulher no Esporte e dá outras providências". A Relatoria da matéria foi do Deputado Juscelino do peixe (em substituição ao Deputado Eduardo Carneiro), que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do Veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com o voto divergente da Deputada Camila Toscano; 63/2023 – Do Governador do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei nº 206/2023, de autoria do Deputado Luciano Cartaxo, que "Dispõe sobre medidas para coibir a prática de HATERS, na rede mundial de computadores, contra crianças e adolescentes, no Estado da Paraíba". A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano (em substituição ao Deputado Wilson Filho), que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do Veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Veto mantido; 64/2023 – Do Governador do Estado - Veto Parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei 309/2023 de autoria da Deputada Francisca Motta, que "Dispõe

sobre a edição de material em caráter preventivo de orientação às crianças e adolescentes sobre crimes contra a vida e a integridade física nas escolas, com ampla divulgação e distribuição nas redes de ensino público e privado no Estado da Paraíba, e dá outras providências." A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do Veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com os votos divergentes do Deputado Taciano Diniz e da Deputada Camila Toscano. Veto mantido; 65/2023 – Do Governador do Estado. Pedido de vistas do Deputado Wilson Filho.

Item E – Projetos de Lei Ordinária N^{os}: 1289/2023 - Do Deputado Wallber Virgolino - Dispõe sobre a fixação de placa informativa nos estabelecimentos comerciais, divulgando sobre as penalidades contra maus tratos e abandono de animais, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Juscelino do peixe (em substituição ao Deputado Wilson Filho), que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com o voto divergente do Deputado Taciano Diniz; 1291/2023 – Do Deputado Galego Souza – Denomina de “Frei Marcelino de Santana” o conjunto habitacional do programa Cidade Madura, no Município de Catolé do Rocha, no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1294/2023 - Da Deputada Danielle do Vale - Institui o “Dia Estadual de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres” no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Taciano Diniz, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida,





o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1295/2023 – Da Deputada Cida Ramos – Dispõe sobre a obrigatoriedade de ser disponibilizado máquinas de cartão com teclas acessíveis para pessoas com deficiência visual, nos estabelecimentos comerciais do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1296/2023 - Da Deputada Cida Ramos - Dispõe sobre a contratação de jovens em projetos e eventos esportivos e culturais no âmbito do estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Inconstitucionalidade e Injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1297/2023 – Do Deputado Eduardo Carneiro – Institui o Programa de Mediação Escolar com Equipe Itinerante no Estado e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Juscelino do peixe (em substituição ao Deputado Wilson Filho), que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1300/2023 - Do Deputado Eduardo Carneiro - Institui o Programa de Conscientização da Alienação Parental nas escolas e meios de comunicação do Estado. A Relatoria da matéria foi do Deputado Taciano Diniz, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade 1301/2023 – Do Deputado Eduardo Carneiro – Institui a Política Estadual de prevenção, detecção precoce e início de tratamento do câncer de mama no Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o

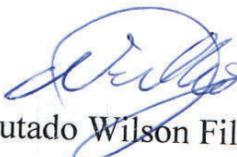


posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1306/2023 – Da Deputada Francisca Motta - Dispõe sobre a vedação da cobrança de débito ao consumidor, pendente em nome de terceiros, com a condição para instalação e fornecimento dos serviços básicos de água, gás e energia elétrica no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Juscelino do peixe (em substituição ao Deputado Wilson Filho), que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1307/2023 - Da Deputada Francisca Motta - Dispõe sobre a institucionalização do programa de avaliação antropométrica infantojuvenil das crianças e adolescentes da redepública de ensino do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Juscelino do peixe (em substituição ao Deputado Eduardo Carneiro), que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Taciano Diniz; 1310/2023 – Do Deputado Wallber Virgolino – Dispõe sobre a instalação de geradores de energia elétrica em todas as unidades de hospitais públicos e privados, no estado da Paraíba, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi rejeitado por maioria dos votos. Votos favoráveis ao Parecer: Taciano Diniz e Camila Toscano. Votos contrários ao Parecer: Wilson Filho, Felipe Leitão, João Gonçalves e Juscelino do peixe; 1311/2023 – DO Deputado Wallber Virgolino – Retirado de pauta; 1312/2023 - Do Deputado Tião Gomes - Propõe a instituição do Sistema Integrado de Segurança para



Promoção do Turismo Sustentável na Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Inconstitucionalidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1314/2023 – DO Deputado Luciano Cartaxo – Institui o Programa Estadual de Fomento às Cozinhas Comunitárias da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Juscelino do peixe (em substituição ao Deputado Eduardo Carneiro), que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com emenda supressiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1378/2023 – Do Deputado Wilson Filho - Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação de crimes de racismo e injúria racial, às autoridades policiais na ocorrência em estabelecimentos comerciais, de lazer, casas de show, eventos e similares e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves (em substituição ao Deputado Chico Mendes), que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1511/2023 - Do Deputado Wilson Filho - Institui o selo “empresa inclusiva” para as empresas no estado da Paraíba que adotarem práticas de inclusão de pessoas com deficiência. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves (em substituição ao Deputado Eduardo Carneiro), que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Lavrou-se a presente Ata o redator Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, o Deputado Wilson Filho, conforme o

disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 21 de fevereiro de 2024.



Deputado Wilson Filho
Presidente